



UNICEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- FATECS

MARIANA ALVES DE SOUZA LYRIO

**DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: A GLOBO E AS MANIFESTAÇÕES
POLÍTICAS DE MARÇO DE 2016**

Brasília – DF

2016

MARIANA ALVES DE SOUZA LYRIO

**DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: A GLOBO E AS MANIFESTAÇÕES
POLÍTICAS DE MARÇO DE 2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Vivaldo de Sousa

Brasília – DF

2016

MARIANA ALVES DE SOUZA LYRIO

**DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: A GLOBO E AS MANIFESTAÇÕES
POLÍTICAS DE MARÇO DE 2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aprovado em ___ / ___ / 2016

Banca Examinadora

Prof. Vivaldo de Sousa

Prof. Luiz Claudio Ferreira

Prof. Sergio Euclides

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura feita pela Rede Globo das manifestações que aconteceram no mês de março de 2016, a favor e contra o governo da presidente Dilma Rousseff. Para isso, pretende-se estudar quais são as características de uma reportagem jornalisticamente ética. Com essas informações, uma comparação será feita entre duas reportagens do jornal *O Globo* do dia 14 e 19 de março e entre as coberturas no telejornal mais assistido da emissora, o *Jornal Nacional* do dia 14 e 18. Ao fazer isso, esse exame buscará demonstrar se as coberturas realizadas pela Rede Globo tiveram viés partidário, contrário ao governo da presidente Dilma Rousseff.

Palavras-Chave: Dilma Rousseff; cobertura; governo; manifestação; Rede Globo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: História do Grupo Globo

Tabela 2 – Número de vezes em que cada tema é citado na capa do jornal da edição do dia 14.

Tabela 3 – Número de vezes em que cada tema é citado na capa do jornal da edição do dia 19.

Tabela 4 – Temas abordados pelos 5 artigos e colunas da edição do dia 14.

Tabela 5 – Temas abordados pelos 13 artigos e colunas da edição do dia 19.

Tabela 6 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever a manifestação na edição do O Globo do dia 14

Tabela 7 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever as manifestações na edição do O Globo do dia 19

Tabela 8: Número de notícias que tratam das manifestações nas edições do dia 14 e 19

Tabela 9 – Tempo de cada reportagem do Jornal Nacional do dia 14 de março.

Tabela 10 – Tempo reservado para os assuntos políticos

Tabela 11 – Tempo de cada reportagem do Jornal Nacional do dia 14 de março.

Tabela 12 – Tempo reservado para os assuntos políticos

Tabela 13 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever a manifestação no Jornal Nacional do dia 14

Tabela 14 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever as manifestações na edição no Jornal Nacional do dia 18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVIDADE E ÉTICA	11
2.1 Objetividade no jornalismo	11
2.2 A importância da ética jornalística	14
3 O GRUPO GLOBO	18
3.1 A história do Grupo Globo	18
3.2 Princípios editoriais	22
3.3 Críticas à Rede Globo	23
4 METODOLOGIA	28
5 ANÁLISE	32
5.1 Análise do Jornal O Globo	32
5.2 Análise do Jornal Nacional	44
6 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 INTRODUÇÃO

No dia 17 de março de 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como novo ministro da Casa Civil. O anúncio, que havia sido feito no dia anterior, resultou em opiniões divergentes entre os cidadãos brasileiros, principalmente entre aqueles que consideravam que Lula poderia ajudar a resolver as crises política e econômica e os que acreditavam que a decisão havia sido tomada por motivos jurídicos com o objetivo de garantir a ele fórum privilegiado no STF (Supremo Tribunal Federal) em processo que estava na época na Justiça Federal.

Algumas horas depois do anúncio, o juiz Sergio Moro divulgou os grampos telefônicos de uma ligação entre a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, provocando uma polarização ainda maior. A discussão tomou conta das mídias sociais, dos jornais e das ruas. Algumas pessoas que se opuseram à situação se juntaram em frente ao Palácio do Planalto para se manifestar. O ato foi pacífico, afinal, não havia ninguém a favor do governo.

Porém, no dia da posse, houve outro ato, que, ao contrário do anterior, contou também com a presença de pessoas a favor da nomeação. Os dois grupos, incapazes de dividir o espaço sem entrar em discussão, tiveram de ser separados. O que poderia ter sido uma manifestação pacífica tornou-se um ato violento. De acordo com uma notícia do Jornal de Brasília do dia 17 de março, um cidadão usava um casaco vermelho e foi espancado por manifestantes contrários ao governo. Ele explicou que estava tentando chegar ao local onde os petistas se encontravam e não sabia que estava em uma concentração do grupo contrário. Com a roupa rasgada, ele foi retirado por policiais.

Segundo um levantamento do Instituto Ipsos divulgado no mês de abril de 2016, 59% dos entrevistados eram favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. O país se divide entre aqueles que são favoráveis e aqueles que são contrários ao afastamento de Dilma.

Porém, vale se questionar, como as pessoas formaram essas opiniões? De onde elas tiram suas informações?

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 90% dos brasileiros assistem à televisão diariamente e 79% o fazem para poder se informar. Apesar do crescimento do acesso à banda larga, somente 42% dos brasileiros usam a Internet. Percebe-se que há uma predominância do uso da televisão como meio noticiário (79%).

Apesar da queda de audiência, o telejornal mais visto do país é o Jornal Nacional. Ou seja, a Rede Globo, empresa em qual a pesquisadora foi estagiária na sucursal de Brasília de 17 de julho a 2 de novembro de 2015, é a emissora que mais informa o cidadão brasileiro. Isso significa que se os editores-chefes ou jornalistas da Globo tomarem uma posição partidária e enfatizarem ou omitirem algumas informações, é provável que um grande número de pessoas não tenha ciência do fato.

Com isso, esse estudo vê importância em analisar a cobertura política feita pelo Jornal Nacional das duas maiores manifestações do mês de março, a favor e contra Dilma Rousseff e Lula.

Ainda de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, apesar de um número relativamente baixo de cidadãos que usam a internet, 67% das pessoas que se conectam o fazem para poder se informar, então continua sendo um meio de notícias importante.

Além da mencionada importância da TV Globo para a formação da opinião pública, de acordo com o último levantamento do Instituto Verificador de Comunicação, realizado em 2015, o jornal O Globo é o segundo jornal com mais circulação do país com uma tiragem média diária de 311,2 mil exemplares. Ele se encontra logo atrás da *Folha de S.Paulo*, tanto no meio impresso quanto no digital.

Por isso, este trabalho fará uma análise comparativa das duas edições do jornal O Globo divulgadas nos dias seguintes às duas maiores manifestações de março.

O estudo é estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo traz a introdução e os objetivos do trabalho.

O segundo capítulo trata da objetividade e da ética no jornalismo. Apesar de discordâncias com relação à necessidade e à possibilidade de ser objetivo no jornalismo, os especialistas estudados concordam com a importância de ser ético. Esse capítulo traz os diferentes pontos de vistas dos autores com relação à objetividade e aborda o que é, segundo eles, a ética jornalística. Além disso, há um enfoque no que Bucci (2000) acredita que são os pecados que infringem essa ética.

O terceiro capítulo é sobre o Grupo Globo. Primeiramente, ele apresenta a história do grupo e em seguida trata dos seus princípios editoriais. No final, o capítulo traz as críticas que autores e especialistas têm com relação à Globo. O capítulo seguinte se refere à metodologia usada para realizar as análises. Em primeiro lugar, há uma explicação do que é a teoria da ação política e, em segundo lugar, há uma descrição do método usado para fazer as observações.

O quinto capítulo analisa, primeiramente, as edições do dia 14 e 19 de março do jornal O Globo e, em seguida, as duas edições do Jornal Nacional do dia 14 e 18. Já o quinto capítulo traz as considerações finais e a conclusão do estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O propósito de analisar as edições do Jornal Nacional do dia 14 e 18 de março e as duas reportagens do Jornal O Globo do dia 14 e 19 de março é de descobrir se as coberturas das manifestações do dia 13 e 18 foram feitas de uma forma jornalisticamente ética. Para isso, pretende-se estudar quais são as características da ética no jornalismo, além de responder às seguintes perguntas: Há como fazer uma reportagem totalmente objetiva? Existe objetividade no jornalismo? Do que consiste em a ética jornalística? Como evitar reportagens que ferem essa ética?

2. OBJETIVIDADE E ÉTICA

2.1 Objetividade no jornalismo

Um dos primeiros autores a tratar de objetividade, segundo Kunczik (1997, p. 223), foi Tucídides, cujo famoso livro se intitula *História da Guerra do Peloponeso*. O autor, que viveu entre 460 e 396 a.C., escreveu a obra há mais de 2400 anos atrás.

Não me permiti anotar o que realmente aconteceu na guerra com base no primeiro ou no melhor informante, nem “segundo a minha opinião”, mas fiz, com toda a minudência e a maior precisão, um relato de experiências pessoais e notícias de terceiros. Essa investigação foi difícil porque os depoimentos sobre os diversos fatos não foram todos descritos do mesmo modo, mas esmiuçados segundo seus pontos de vista ou da maneira como os lembraram. (TUCÍDIDES, apud KUNCZIK, 1997, p. 223)

Apesar de ter sido tratado há muito tempo atrás, o conceito só foi realmente aplicado no começo do século 20 (PENA, 2015, p. 13). Desde então, a objetividade tem importância central nos debates jornalísticos. Amaral (1996, p.17) afirma que a objetividade “é apontada como uma das principais virtudes da matéria jornalística, qualidade defendida há quase um século pela imprensa americana, espelho de muitas, inclusive da brasileira”.

Uma análise realizada em mais de vinte livros de redação jornalística apontou que a categoria de jornalismo mais citada é a objetividade, seguida de exatidão e precisão. (HOHLFELDT, 2001 apud SPONHOLZ, 2003, p. 110) ainda que seja um conceito muito discutido, uma das características do termo é que ele é usado sem ser claramente definido. Presume-se que todos saibam o seu significado, relata Kunczik (1997, p. 228).

O autor tenta então definir a palavra, explicando “que para a maioria dos jornalistas americanos, que dão grande prioridade à objetividade, ela é sobretudo sinônimo de justiça e equilíbrio” (KUNCZIK, 1997, p. 228).

Segundo Amaral (1996, p. 26), o conceito passa a se identificar com “uma mistura de estilo direto, imparcialidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia.” Ou seja, o jornalista precisaria, no seu dia a dia, deixar em casa suas inclinações pessoais e preferências políticas e ideológicas e concentrar-se na narração dos fatos, “sem tentar explicá-los ou comentá-los”.

O termo pode se caracterizar também como um método de trabalho que assegura algum rigor científico ao jornalismo e que tenta reduzir a influência da subjetividade na descrição dos acontecimentos. Mais do que isso, o conceito de objetividade e subjetividade não se opõem, o primeiro surgiu no jornalismo depois da constatação de que a subjetividade é inevitável. (PENA, 2007 apud AGUIAR; NEDER, 2010, p. 114)

Apesar de ser sido tratado por diversos autores, o conceito de objetividade não tem uma definição clara, resultando em opiniões divergentes entre os especialistas da área de comunicação. De um lado, estão os que acreditam na necessidade e possibilidade de objetividade. De outro, estão aqueles que, como Pena, acreditam que a subjetividade é inevitável e que o jornalista não tem como ser completamente objetivo.

Lippman se encaixa na primeira categoria. O autor acreditava na objetividade como um ideal no jornalismo e relata no livro *Public Opinion* que “à medida em que nossa mente se torna mais profundamente consciente de seu próprio subjetivismo, descubro uma ponta de prazer no método objetivo que de outra maneira não encontraria”. Lippman via que a profissionalização e o treinamento rigoroso dos jornalistas seria capaz de aumentar a dignidade da profissão. Para isso, ele via a objetividade um ponto essencial. (LIPPMAN, 1965 apud AMARAL, 1996, p. 60-61)

Porém, Lippman estava ciente da complexidade das notícias. A boa reportagem exige o “exercício das mais altas virtudes científicas”. Por isso, concluiu que o método deveria ser objetivo, não o jornalista (LIPPMAN, 1974 apud KOVACH e ROSENTIEL, 2003, p. 66).

Outro especialista que defende a objetividade no jornalismo é a professora Judith Lichtenberg. A autora expõe três argumentos.

- Uma queixa sincera de que uma matéria não é objetiva só tem sentido com a admissão anterior de que a objetividade é possível (por que se queixar do inevitável?)
- A insistência de que o jornalismo não pode ser objetivo torna supérfluo o ponto de vista de que a objetividade é indesejável (por que perder tempo em denunciar o inevitável?)
- A afirmação de que a objetividade não é desejável torna sem sentido a queixa de que o jornalismo não é objetivo (qual é a queixa?) (LICHTENBERG, 1996 apud AMARAL, 1996, p. 61-62)

Porém, na busca diária de notícia, o jornalista enfrenta dificuldades quando lhe é exigido isenção e imparcialidade. Não somente porque as pessoas têm opiniões, posições e preconceitos, mas por motivos que escapam da vontade pessoal. O jornalista luta contra a pressa para entregar o material e tem que confiar em informações prestadas por terceiros, que podem estar omitindo. Além disso, é submetido aos interesses materiais da empresa na qual trabalha (AMARAL, 1996, p. 51).

Segundo Bucci (2000, p. 51), a objetividade perfeita não é alcançável. Não é possível fazer um relato perfeitamente neutro ou isento, nem existe verdade dos fatos e sim uma *versão* deles. O relato, ou discurso, é forçosamente ideológico: “mesmo quando sincero e declaradamente não opinativo, o relato jornalístico é encadeado segundo valores que obrigatoriamente definem aquilo que se descreve”. Apesar de ser bem-intencionada, a objetividade perfeita não passa de uma tentativa.

A única resposta possível é subjetiva: a objetividade depende de quem for o jornalista e de qual for a história a ser investigada e contada. A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que observam e o reportam, e o que tomam conhecimento do fato por meio do relato. Daí a necessidade de prestar atenção nas convicções pessoais dos jornalistas. (BUCCI, 2000, p. 92- 93-94)

Kovach e Rosentiel (2003, p. 66) relatam o comentário que o crítico de imprensa Richard Harwood fez em uma de suas reuniões de trabalho.

O time dos Giants perdeu por 20-8. [...] Bem, aí temos um pequeno pedaço de informação. Mas o porquê da derrota dos Giants pode ser contado em centenas de maneiras diferentes – cada matéria escrita através de uma lente, embaçada por estereótipos e preferências pessoais.

Segundo Bucci (2000, p. 92), as emoções de um sujeito não atrapalham a precisão da matéria. Elas estão presentes nas mais marcantes passagens do jornalismo. A indiferença e a neutralização do sujeito não resultam em bom jornalismo, que, de acordo com ele “se alimenta também de indignação”. Além disso, como toda atividade própria da cidadania, “as emoções devem integrar a reportagem assim como integram a alma humana. ”

Além disso, um texto pode espelhar a realidade, porém, não se pode cobrar do jornalista um texto absolutamente objetivo porque ele não tem como conhecer a realidade de maneira completa. O conhecimento tem um caráter hipotético e novas possibilidades que se aproximam melhor da realidade podem substituí-lo. Não existe um conhecimento perfeitamente seguro, por isso, a objetividade absoluta tampouco existe. (POPPER, 1984 apud SPONHOLZ, 2003, p. 113) Mas, apesar de uma observação ter sido escrita por um sujeito, não impede que ela possa se aproximar da realidade, nem indica que o que ele conta é mentira ou invenção (SPONHOLZ, 2003, p. 113).

2.2 A importância da ética jornalística

Apesar de os autores e especialistas não concordarem quanto à objetividade, eles têm o mesmo ponto de vista com relação à ética. Sem ética, não se faz bom jornalismo.

A palavra ética vem do grego *ethos* e significa “costume”. Antes de se relacionar com a virtude, *ethos* significava “pertencimento luminoso, a partir do qual construir e habitar são tarefas que participam do sagrado, da indivisão

antiga entre os homens, a natureza e os deuses. ” (MATOS, 2003 apud COSTA, 2009, p. 19)

O professor de ética jornalística Carlos Soria, da Universidade de Navarra, na Espanha, explica: “Ética é igual a qualidade de informação. ” Ou seja, se o profissional apurar e editar uma informação com ética, ela necessariamente terá qualidade. Mas, se a ética for atropelada, a informação terá um resultado tecnicamente débil. (SORIA apud BUCCI, 2003, P. 50)

O jornalista Cláudio Abramo acredita que o cidadão e o jornalista tem a mesma ética, ou seja, não há uma ética específica ao jornalista. Ele explica da seguinte forma.

Onde entra a ética? O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deva fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir. No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista. (ABRAMO, 1999, p. 109)

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas, é composto por 19 artigos que normatizam a prática jornalística.

Entre as principais normas do código, se encontram as seguintes.

a) O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e o seu trabalho pauta-se pela apuração precisa dos acontecimentos e sua correta divulgação, b) É dever do jornalista divulgar todos os fatos que sejam de interesse público, c) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação, d) O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, e) O jornalista deve evitar a divulgação de fatos com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas. (CÓDIGO, 2007, apud BENETTI; LISBOA, 2012, p, 30)

Bucci (2000, p. 129) se baseia na argumentação do jornalista e historiador Paul Johnson e cita quais são, segundo ele, os sete pecados capitais que infringem a ética jornalística.

1. Distorção, deliberada ou inadvertida,
2. Culto das falsas imagens,
3. Invasão da privacidade,
4. Assassinato de reputação,
5. Superexploração do sexo,
6. Envenenamento das mentes das crianças e
7. Abuso de poder.

Esse estudo se interessa principalmente por três dos pecados mencionados acima. O primeiro se divide em duas categorias, a distorção deliberada e a distorção inadvertida. A inadvertida trata majoritariamente dos erros cometidos nas redações, que se dão por meio da pressa e de questões técnicas. Eles podem ser enfrentados com cuidados éticos do jornalismo. (BUCCI, 2000, p. 140)

Já a deliberada, que pode se confundir com o abuso de poder, é a “mentira deslavada e consciente”. É um pecado evidente, porém, no Brasil ele assume um poder ainda maior que não se dá somente por conta da má intenção de editores e dos donos dos *media*, mas também por causa da origem estrutural, que é “o regime de propriedade dos meios de comunicação eletrônicos de massa”, relata Bucci (2000, p. 138)

A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta no quinto parágrafo do artigo 220 que “os meios de comunicação social não podem direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CONSTITUIÇÃO, 1988 apud BUCCI, 2000, p. 138). Porém, o que se nota é o contrário, um grupo pode dominar o maior jornal diário e a maior emissora de TV de canal aberto. Ou seja, além de não ter grandes competidores econômicos, uma emissora tem o poder para falar sozinha no espaço público. Ao fazer isso, ela não sofre grandes contestações e se cria uma situação favorável às distorções deliberadas de informação.

Além do mais, Bucci explica que o Brasil se comunica principalmente por meio da TV, então “uma mentira na televisão brasileira é duplamente grave”.

É grave em si mesma e é grave porque dificilmente será corrigida em tempo por outros meios com igual penetração. A televisão monologa no Brasil e, estando vinculada aos interesses políticos de famílias

oligárquicas de varias regiões do país, deforma o espaço público. (BUCCI, 2000, p. 139)

O segundo pecado citado por Johnson e explicado por Bucci é o do culto das falsas imagens. Os noticiários constroem pequenas novelas, onde os personagens são reais, e ao mesmo tempo integram uma narrativa que parece ficção. Isso se deve ao fato de que a composição dos noticiários segue uma linha mais dramática do que factual, e é algo que se intensificou nas últimas décadas. Bucci (2000, p. 143) relata que “emergem santos e vilões no noticiário, como ícones do bem e do mal que movimentam um formidável videogame. ” Além disso, “quando o jornalismo emociona mais do que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação de sua função de promover o debate das idéias no espaço público. ”

Já o quarto pecado listado, o assassinato de reputação, acontece quando “personagens se situam acima da linha da dignidade humana, e desfrutam de alguma reputação, aí, sim, entende-se que a imprensa é capaz de destruí-los. E de fato os destrói. Por distorção deliberada ou inadvertida”, conta Bucci (2000, p. 157).

Por último, o abuso de poder, pode se explicar da seguinte forma.

Desde que Macaulay dominou a imprensa de “o Quarto Poder” há consciência do poder político de que a mídia dispõe, o que pode ser chamado de síndrome de cidadão Kane” [...] Os proprietários dos meios de comunicação nem sempre estão conscientes do grau de poder que exercem, e de sua natureza corruptora. Pois o dito de lord Acton de que todo poder tende a corromper aplica-se tanto à mídia quanto à política. O exercício por longo prazo de um grande poder produz uma vulgarização das sensibilidades morais, uma certa abordagem descuidada e temerária de decisões graves. (JOHNSON, 1993, apud BUCCI, 2000, p. 162-163)

A liberdade de imprensa é necessária e inegociável, porém, os meios de comunicação, poderosos como são, têm de ter controladores que se sujeitem a valores éticos. Com isso, a democracia pode se construir e não se corromper. (BUCCI, 2000, p.162)

3 O GRUPO GLOBO

3.1 História do Grupo Globo

Irineu Marinho fundou O Globo em julho de 1925. Segundo o site da emissora, o jornal foi às bancas com duas edições diárias e era considerado essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços. O nome, O Globo, foi escolhido em um concurso popular.

Marinho faleceu 25 dias depois do primeiro jornal chegar às bancas. O seu filho, Roberto Marinho, tornou-se secretário e cinco anos depois, em 1931, assumiu a posição de presidente.

Em 1944, a Rádio Globo foi inaugurada e, em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek concedeu uma estação de televisão à transmissora, fundando, oito anos depois, o canal 4, no Rio de Janeiro, hoje conhecida como TV Globo. Ela logo passou a ser distribuída em São Paulo e Minas Gerais. A programação não era muito diferente da atual: se baseava em jornalismo e entretenimento e a novela era o “carro chefe”.

O Jornal Nacional foi ao ar pela primeira vez em 1969. Ainda de acordo com o site da Globo, ele “inovou no formato e na linguagem”, além de ter sido o telejornal que criou a “escalada”, que são as “pequenas chamadas dos assuntos mais relevantes na abertura”.

Depois disso, a emissora passou a ser distribuída em outros estados e consolidou o conceito de “rede de televisão” e era exibida, simultaneamente, para todo o país. Ela tornou-se líder de audiência em 1975.

A CBN (Central Brasileira de Notícias) foi inaugurada em 1991 e foi a primeira emissora de rádio brasileira a transmitir notícias 24 horas por dia. O seu slogan é “A rádio que toca notícia” e está presente em quatro grandes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Em 1996, inauguram a Globo News, “o primeiro canal de notícias 24 horas por dia no ar”, de acordo com o Grupo Globo. No site dedicado a Roberto Marinho, o diretor-geral da Rede Globo, Carlos Henrique Schroder, explica resumidamente o papel da Globo News: “Ela vai mais fundo na informação, tem mais espaço para fazer isso. Consegue ter programas mais temáticos, consegue ir além do noticiário convencional da TV aberta. ”

Em 1998, lançaram o jornal Extra. Com uma linguagem simples e um preço acessível, o foco é nas classes B e C. A publicação é voltada para os temas do cotidiano, principalmente para os fatos da cidade do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o site da Globo, o jornal é “líder de venda em banca no país”. De acordo com o último levantamento do Instituto Verificador de Comunicação, realizado em 2015, o Extra é o oitavo jornal impresso com mais circulação do país com uma tiragem média diária de 136,8 mil exemplares.

No mesmo ano em que o jornal Extra teve sua estreia, a revista semanal Época foi lançada. O conteúdo é produzido pela redação da Rede Globo e contém assuntos e análises de política, economia, ciência e comportamentos, entre outras coisas.

Já em 1999, houve a estreia da Globo Internacional, o primeiro canal brasileiro transmitido no exterior durante 24 horas. Segundo o site da Globo, a “operação internacional da emissora abrange seis canais de televisão paga, uma divisão de produção e a distribuição de conteúdo de esportes brasileiros e entretenimento para todos os continentes. ”

No ano seguinte, lançaram a Globo.com, o portal da emissora na internet. Voltado para notícias, esportes e entretenimento, ele hospeda “quase 700 sites, entre os das empresas Globo e outros filiados”, de acordo com o site da Globo. Um desses hóspedes é O G1, lançado em 2006, que, ainda de acordo com o mesmo site, “segue a orientação da direção de Jornalismo e Esportes da Globo”. O G1 dá acesso ao “conteúdo de jornalismo da Rede Globo, da Globo News, das rádios Globo e CBN, dos jornais O Globo e Extra,

das revistas *Época* e *Globo Rural*, entre outras”. Além disso, o portal tem um aplicativo e contas nas mídias sócias.

Em 2016, comandado por Roberto Irineu Marinho, o Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo, segundo o ranking do Top Thirty Global Media Owners 2015. De acordo com o site da Globo, a Família Marinho tem cinco emissoras próprias e 118 afiliadas no Brasil e o sinal da Rede Globo “chega atualmente a 5.490 municípios brasileiros”. Além disso, a TV Globo Internacional tem mais de 500 mil assinantes em 114 países. Em 2007, licenciaram mais de 25 mil horas de programação para mais de 50 países, “alcançando uma audiência média de 100 milhões de telespectadores todos os dias.”

A Rede Globo recebeu nos governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2014) um total de R\$ 6,2 bilhões em publicidade federal, de acordo com dados da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República que dizem respeito à publicidade da União nos anos de 2000 a 2014.

A reportagem intitulada “TV Globo recebeu R\$ 6,2bi de publicidade federal com PT no Planalto” escrita pelo jornalista Fernando Rodrigues e publicada no dia 29 de junho de 2015 relata que os dados da Secom só consideram “as TVs de propriedade do Grupo Globo, o montante ficaria maior se fossem agregados os valores pagos a emissoras afiliadas.” A RBS e a Rede Bahia, afiliadas da Globo, receberam respectivamente R\$ 63,7 milhões e R\$ 50,9 milhões de 2003 a 2014.

Em contraste, ao longo desses doze anos, a Record obteve uma verba de R\$ 2 bilhões, a SBT teve R\$ 1,6 bilhão, a Band recebeu R\$ 1 bilhão e a Rede TV! ficou com R\$ 408 milhões. A soma dos valores recebidos pelas quatro empresas é inferior ao montante recebido pela Rede Globo.

Porém, Rodrigues explica que “apesar do valor expressivo destinado à Globo, há uma nítida trajetória de queda quando se considera a proporção que cabe à emissora no bolo total dessas verbas”.

As emissoras globais terminaram o governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, em 2002, com 49% das verbas estatais comandadas pelo Palácio do Planalto e investidas em propaganda em TVs abertas.

No ano seguinte, em 2003, já com o petista Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência, a fatia da Globo pulou para 59% de tudo o que a administração pública federal gastava em publicidade nas TVs abertas. Esse salto não se sustentou.

Nos anos seguintes, com algumas oscilações, a curva global foi decrescente. No ano passado, 2014, a Globo ainda liderava (recebeu R\$ 453,5 milhões), mas chegou ao seu nível baixo de participação no bolo estatal federal entre TVs abertas: 36% do total da publicidade. (RODRIGUES, 2015)

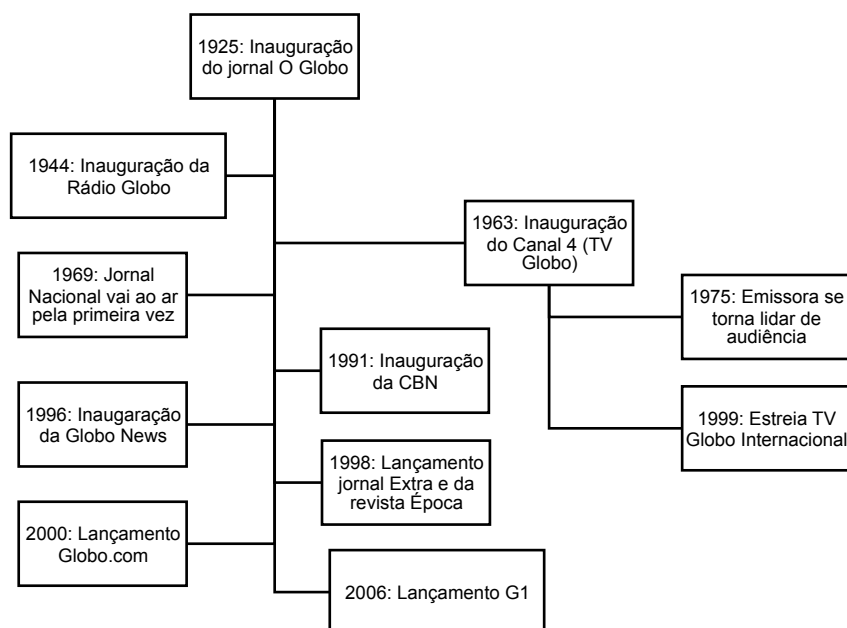
Além disso, a reportagem traz dados do Ibope Media Workstation (do Painel Nacional de Televisão) sobre a audiência das emissoras com base em 15 mercados. A pesquisa analisa a audiência domiciliar, o valor equivale à média de todos os dias do ano e cada ponto de audiência representa 223.400 domicílios.

Em 2000 (esse ano tem uma média dos meses de outubro, novembro e dezembro porque não há dados dos meses anteriores) a audiência da TV Globo era de 17 pontos. Em 2001, 16 pontos. 2002, 18 pontos. Ela desceu para 16 em 2007 e desde 2010 a audiência diminuiu de 15 pontos para 12 em 2014.

A Record tinha uma audiência de 2.9 pontos em 2000 e passou para 4.2 pontos em 2014. Na mesma época, a SBT passou de 7.2 para 4.4 pontos e a Band e a Rede TV passaram, respectivamente de 1.5 para 1.7 ponto e de 0.8 para 0.6 ponto. Ou seja, apesar da queda de audiência, a TV Globo continua sendo líder de audiência.

No artigo “Monopólio ou oligopólio? Contribuição ao debate”, escrito pelo jornalista Venício A. Lima e pelo advogado Bráulio Araújo e publicado no Observatório de Imprensa em janeiro de 2015, eles discutem o poder da TV Globo. “No caso específico da radiodifusão, dados sobre a concentração no mercado demonstram que a TV Globo exerce posição dominante e sugerem que esse poder pode ser configurado como monopólio”, explicam os autores.

Tabela 1 – História do Grupo Globo



3.2 Princípios editoriais do Grupo Globo

Os princípios editoriais do Grupo Globo, publicados em agosto de 2011 pelos irmãos Marinho, se dividem em três seções. Além do preâmbulo “Breve definição de jornalismo”, o documento explica, na primeira parte, os atributos da informação de qualidade. Na segunda seção, ele mostra como o jornalista tem que proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha e, por último, ele ilustra os valores cuja defesa é um imperativo ao jornalismo.

Segundo o Grupo Globo, o jornalismo é “o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”. O veículo que pratica jornalismo é aquele “cujo objetivo central seja conhecer, produzir conhecimento e informar.” O veículo que tenta convencer e defender uma causa faz propaganda.

Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma,

sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar. (2011, p. 4)

De acordo com o documento, os três atributos da informação de qualidade são a isenção, a correção e agilidade. Em suma, o Grupo Globo tem a intenção de ser “sempre independente, apartidário, laico” e “praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade. ”

Além disso, o grupo alega não ser a favor nem contra “governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos” e diz defender “intransigentemente o respeito a valores sem os quais não se pode desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república”.

3.3 Críticas à Rede Globo

“O *Jornal Nacional* teve um papel ativo e importante na vida política nacional, ” explica Mauro Porto (2002, p. 2), que acrescenta, “vários autores ressaltaram o papel político do telejornal da Globo, destacando em particular sua cobertura noticiosa parcial e ‘governista’”. Um estudo realizado a partir dos dez primeiros anos do *Jornal Nacional* sugeriu que o noticiário representava a ideologia conservadora da emissora e isso levava à manipulação de notícias e à desinformação. (CARVALHO, 1980 apud PORTO, 2002, p. 3)

A censura e o controle da ditadura militar explicavam, em grande parte, a razão pela qual a cobertura jornalística se fazia de tal maneira. Porém, “mesmo após a abolição oficial da censura aos meios de comunicação em 1980, a Globo continuou a revelar sua aliança com o regime autoritário”, complementa Porto (2002, p. 2).

No dia 25 de janeiro de 1984, o *Jornal Nacional* tapeou o telespectador. Mostrou cenas de uma manifestação pública na praça de Sé, em São Paulo, e disse que aquilo acontecia em virtude da comemoração do aniversário da cidade. A manifestação era real: lá estavam dezenas de milhares de cidadãos em frente a um palanque onde lideranças políticas discursavam. Mas o motivo que o *Jornal Nacional* atribuiu a ela não passava de invenção. Aquele comício nada tinha a ver com fundação de cidade alguma. A multidão estava lá para exigir eleições diretas para a Presidência da República.

O *Jornal Nacional* enganou o cidadão – e prosseguiu enganando durante semanas a fio, ao omitir as informações sobre a campanha por eleições diretas. Para quem só se interesse dos acontecimentos nacionais pelos noticiários da Globo, a campanha das diretas não existia. (BUCCI, 2000, p. 29)

A emissora também foi acusada de manipular o debate presidencial de 1989, favorecendo Fernando Collor de Mello (PRN). De acordo com uma pesquisa da Datafolha, nos últimos quinze dias do mês de julho de 1989, Collor ocupou 16% do tempo do *Jornal Nacional*, enquanto Brizola (PDT) e Lula (PT) ocuparam, respectivamente 7% e 6%. (FERNANDES, 2013, p. 7)

O brasileiro só reconquistou o direito de votar para presidente com a Constituição de 1988, a “constituição-cidadã”, como foi batizada por Ulysses Guimarães, e só voltou a exercê-lo em 1989. O eleito foi Fernando Collor de Mello, cuja candidatura contou com o apoio do *Jornal Nacional*, do *Fantástico* e dos outros programas jornalísticos da Rede Globo de Televisão. Apoio explícito e assumido. Roberto Marinho, o dono das Organizações Globo, foi muito claro a esse respeito numa entrevista ao repórter Hélio Contreiras, publicada no *Jornal da Tarde* de 6 de abril de 1993. Perguntou o repórter: “Mas o senhor reconhece que a Rede Globo e O Globo influenciaram [o público] para a eleição do (presidente) Collor?” Respondeu Roberto Marinho: “Sim, nós promovemos a eleição do Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário”. Realmente Collor realizou um governo extraordinário, deixando para a posterioridade o registro de vultosas realizações na esfera de corrupção. Tão extraordinário que, em 1992, uma outra campanha de massas tomou as ruas, lembrando as jornadas pelas diretas de oito anos antes. Mas a bandeira era outra: agora, o que unia os manifestantes era a exigência do afastamento do chefe do Executivo federal. O jornalismo da Rede Globo adotou o mesmo comportamento de 1984. Ignorou – e, com isso, forçou os seus telespectadores a ignorar – inúmeras passeatas e atos públicos que tomavam conta do espaço público nacional. De novo, sonegou informação. Na tela da Globo, as jornadas que defendiam o impeachment de Collor não tinham vez. Foram aparecer apenas tardiamente, quando o movimento já estava perto da vitória. (BUCCI, 2000, p. 29-30)

Durante a fase do impeachment, para poder manter apoio a Collor, o Jornal Nacional não deixou clara a relação entre as acusações contra o ex-presidente e o tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias. Além disso, omitiu “os problemas nas bases de sustentação do governo durante a CPI”. (PORTO, 1997, apud FERNANDES, 2003, p. 7)

Venício A. Lima (1997, p. 122) explica que analistas independentes já observaram que, em momentos politicamente decisivos, o *Jornal Nacional* tende a se alinhar com o Governo, de forma explícita ou por omissão. O autor cita o seguinte exemplo.

Essa é, por exemplo, a conclusão a que Barros e Silva (FSP, 25/5/1997) chega ao analisar a cobertura – ou a ausência dela – que o JN fez, em maio de 1997, sobre as acusações de compra de votos no Congresso Nacional para a aprovação da emenda constitucional que autoriza a reeleição do Presidente da República: “*Investigar? Que nada. Noticiar? Muito discretamente, para disfarçar. O governismo voltou, a galope, despuddorado*”, concluiu ele. (BARROS E SILVA, 1997, apud LIMA, 1997, p. 122)

Já em 1994, a Rede Globo mostrou apoio a Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, o tempo que era dado a Fernando Henrique Cardoso nas reportagens era maior do que o tempo que era dado a Lula e, em segundo lugar, o Jornal Nacional noticiava “reportagens que promoviam o engrandecimento do real, atribuindo todos os méritos ao candidato. O cenário promovido pelo telejornal era de avanço, modernidade e estabilidade” (FERNANDES, 2013, p.7)

Não foi necessário fazer nenhuma escancarada manipulação, como aquela do último debate entre Collor e Lula, em 1989. Isso porque uma cobertura quase isenta da campanha em si combinava-se com uma escandalosa publicidade do Real no espaço jornalístico, com a vantagem de não contrariar a legislação em vigor. (RUBIM, 1999 apud FERNANDES, 2013, p. 8)

Além disso, na época em que o país passava pela crise energética de 2001, ao invés de focar nas causas políticas do acontecimento, a revista *Época* preferiu, de acordo com LOPES (2001, p. 140) “ressuscitar o episódio das Ilhas

Caimãs”. Ele acrescenta, “não para elucidar o caso na pista da verdade. Apenas para inocentar FHC, desviando as atenções da opinião pública dos males do apagão e fazendo dele [...] vítima dos caluniadores.”

A notícia *De olho na reeleição, FHC aumentou atenção à mídia* publicada no dia 16 de maio pela Folha de S.Paulo expõe trechos do novo livro do Fernando Henrique Cardoso intitulado *Diários da Presidência* (vol. 2). Nele, o ex-presidente relata uma parte da reunião que teve com o Roberto Irineu Marinho: “Ele está 100% solidário com o governo. Perguntei diretamente sobre o Sérgio [Motta]. Ele me disse que o considera o melhor ministro das Comunicações que já houve”. Além desse, a notícia apresenta outro trecho que mostra o apoio que o Fernando Henrique Cardoso recebeu da mídia: “Parece que sou ávido pelo poder, que lutei sozinho pela reeleição, como se não tivesse toda a mídia, todo o empresariado, todo mundo a favor”. O ex-presidente acrescenta, “Imagino se digo a essa gente: ‘Tudo bem, então desisto, não vou mais ser o candidato’. Quero ver”!

Roberto Marinho admitiu ao jornal *The New York Times* que, em nome da democracia, usava o poder da emissora para tentar “corrigir” a situação política do país. Ele explica, “Sim, eu uso esse poder [...] mas sempre de maneira patriótica, tentando corrigir as coisas, procurando caminhos para o país e seus estados”. (HERZ, 1991 apud FERNANDES, 2013, p. 2)

No artigo *As ‘entrevistas’ do ‘Jornal Nacional’* publicado no dia 26 de agosto de 2014, Venício A. Lima discute o poder e a responsabilidade que a Globo detém.

“Será que, em tempos de mudanças radicais no setor de comunicações, a aposta da Rede Globo não estaria equivocada e o seu imenso poder não estaria melhor servido se exercido nos limites mínimos de respeito aos políticos, à política e às instituições políticas da democracia representativa dentro do qual opera e sobrevive como oligopólio midiático?”

Bucci (2000, p. 31) também discute a hegemonia da Globo e as conseqüências que tamanho monopólio traz.

Lembremo-nos de que o brasileiro se informa prioritariamente pela televisão, e que, agora, no ano 2000, a liderança da Globo sobre as outras redes ainda é uma realidade. E era ainda mais forte entre 1984 e 1992. Uma mentira narrada como verdade pelos locutores da Globo não é a mesma coisa que uma mentira publicada num quinzenário de uma pequena cidade. Muitas vezes, as versões consagradas na tela da Globo persistem temporariamente como verdade. A propósito: tamanha hegemonia exercida por uma única rede desequilibra o jogo democrático e a competição que faz funcionar a economia capitalista – razão pela qual, aliás, nos Estados Unidos e em outras democracias mais desenvolvidas, há formulas para evitar a concentração de poder na mídia. [...] O fato é este: as falsificações jornalísticas da Globo não deram conta de barrar, mas contribuíram para retardar a evolução dos movimentos populares e da própria democracia brasileira.

No artigo *Que poder é esse?*, publicado no Observatório da Imprensa em agosto de 2014, o professor e pesquisador Pedro Guareschi explica: “Lembro-me de uma afirmação inteligente e arguta do sociólogo Herbet de Souza [...]. Ele dizia que só acreditava em democracia no Brasil quando o presidente da Rede Globo fosse escolhido por eleição direta. ”

4 METODOLOGIA

4.1 Teoria da ação política

A teoria da ação política surge nos anos 70 com os estudos da *parcialidade* ou *new bias studies*. Esses estudos têm o propósito de analisar a objetividade da cobertura noticiosa que é feita da política e das campanhas eleitorais, entre outros assuntos polêmicos. A teoria se desenvolveu a partir do princípio de que as notícias têm que refletir a realidade sem a distorcer. (TRAQUINA, 2005, p.162)

Nas teorias de ação política, os media noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos: na versão de esquerda, os media noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2005, p.163)

A versão de direita explica que os jornalistas são autônomos em relação aos poderes e que os *medias* noticiosos se tornam instrumentos da ideologia deles. “As notícias seriam enviesadas da realidade porque refletem as convicções ideológicas e políticas dos jornalistas. ” De acordo com essa versão, os jornalistas tendem a ser de esquerda, então “as notícias tendem a privilegiar uma visão esquerdista do mundo” (SOUSA, 2002, p. 5).

Já a versão de esquerda da teoria de ação política, estudada principalmente por Herman e Chomsky no livro *Manufacturing Content*, defende a posição de que “os media reforçam o ponto de vista do establishment (o poder instituído) devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e dos anunciantes” (TRAQUINA, 2005, p. 164-165). Os jornalistas, nessa teoria, ficam sem autonomia e se submetem a um controle ideológico, tornando-se instrumentos a serviço da classe dominante e do poder (SOUSA, 2002, p. 5).

A submissão do jornalismo aos interesses capitalistas pode se explicar, segundo Herman e Chomsky, em cinco fatores:

- 1) O tamanho, estrutura, propriedade e riqueza dos *media*; 2) a publicidade como fonte principal de renda; 3) a dependência dos jornalistas com as fontes do governo, das empresas e dos “especialistas” financiados pelas fontes primárias e pelos agentes de poder; 4) as ações disciplinares e punitivas por parte dos poderosos; 5) o “anti-comunismo” como uma forma de mecanismo de controle da comunidade jornalística nacional. (HERMAN e CHOMSKY, 2002, p. 2, tradução nossa)

Além disso, os dois autores adotam a teoria da *propaganda framework* (“modelo de propaganda”), que explica como a cobertura de um acontecimento particular é tratada como uma campanha de publicidade maciça. “Estes temas ou acontecimentos são então vistos como ‘grandes histórias’ e podem ajudar a mobilizar a opinião pública em uma direção específica.” A cobertura dos media “salienta e mobiliza o apoio público para ações da política internacional ou nacional” (TRAQUINA, 2005, p. 166).

No artigo *Habermas e Teoria do Jornalismo: A manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática* (2007), o jornalista e professor Heitor Costa Lima da Rocha explica que a perspectiva da distorção é decorrente da idéia de que somente uma parte dos fatos é exposta pela mídia à disposição da população. Essa omissão não permite a condição da “diversidade significativa”.

O autor se baseia no conceito da perspectiva da distorção de Herman e explica que ao se descartar a “diversidade significativa”, se descarta também a necessidade de “envolvimento de todos os temas de interesse substancial para a maioria da população nos assuntos selecionados pelos meios de informação.” Além disso, se anula também a “disponibilização para inspeção pública de todos os fatos e sistemas de interpretação relacionados com o tema tratado pela mídia” (ROCHA, 2007, p. 120).

4.1 Método de análise

Para analisar a cobertura das manifestações do dia 14 e dia 19 de março, foi adotada uma metodologia baseada na análise de Vera Chaia no livro *Jornalismo e Política* (2004). No livro, ela analisa a cobertura realizada pela imprensa paulistana na Câmara Municipal e explica que “acreditava-se que os políticos [...] eram avaliados negativamente pelos meios de comunicação. Havia uma tendência de generalizar os aspectos negativos”. Além disso, “pouco se divulgava sobre os positivos”, acrescenta a autora. (2004, p. 16)

Porém, antes de avançar na explicação da metodologia usada por Chaia, vale lembrar que os objetos de estudos são, em primeiro lugar, as edições de O Globo dos dias 14 e 19 que cobrem as manifestações contrárias e favoráveis a Dilma e a Lula. Em segundo lugar, serão estudadas as duas edições do Jornal Nacional do dia 14 e 18. O Jornal Nacional não é transmitido no domingo, por isso, a edição analisada será a do dia seguinte à manifestação do dia 13. Mesmo que reduzida, a cobertura feita pelo telejornal permite estudo.

A começar pelo método de análise do jornal impresso, o primeiro elemento a observar será a capa do jornal. Será feita uma comparação entre os títulos, os sub-títulos, as chamadas, as imagens e as notícias que compõem a primeira página.

Em seguida, será usado o método de tabela de Vera Chaia, em que ela separa as notícias por temas. Com isso, esse trabalho vai analisar os assuntos que se encontram na primeira página e nos artigos, que vão ser estudados logo depois.

Após isso, com base na análise quantitativa explicada por Bardin (1977, p. 107) será estudada a frequência com a qual as palavras “maior” e “menor” são usadas para descrever as manifestações. Além disso, o corpo de texto será observado para poder ver as expressões engrandecedoras e diminutivas que são usados para descrever os dois atos. Isso já não faz mais parte da

análise quantitativa, mas é algo que reforça a tese anterior. Por último, inspirada novamente no estudo de Chaia, será feita uma análise para poder examinar e comparar a quantidade de notícias envolvendo as manifestações nas duas edições.

Para poder estudar a edição do Jornal Nacional do dia 14 e do dia 19, será analisada, em primeiro lugar, a edição do dia 14, indicando também o tempo destinado aos temas dessa pesquisa. O trabalho começará por observar as reportagens da primeira edição e o tempo que é dado para cada uma.

Em seguida, são estudados os temas e a forma como a reportagem sobre a manifestação se encaixa no telejornal. O mesmo será feito para a edição do dia 19. Para finalizar, será feita a mesma comparação com base na análise quantitativa para poder ver quantas vezes as palavras “maior” e “menor” são usadas. Após isso, serão abordadas algumas diferenças entre as duas coberturas.

5 ANÁLISE

5.1 Análise do jornal O Globo

No dia 14 de março de 2016, o jornal O Globo publicou a reportagem intitulada *Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro*. Capa do jornal, ela trata da manifestação que aconteceu no dia anterior, contra o governo de Dilma Rousseff. A reportagem é composta por dez páginas, da página 3 à página 12.

No dia 19 de março de 2016, o mesmo jornal divulgou *Aliados de Dilma e Lula fazem manifestação em todos os estados*. O texto aborda o ato que aconteceu a favor do Lula e do governo de Rousseff, no dia 18. Já essa reportagem, que também foi capa do jornal, teve um peso inferior à outra, ela é composta por três páginas, da 3 a 5.



Em primeiro lugar, é importante analisar os títulos e títulos auxiliares. No título da notícia da esquerda, o uso da palavra “Brasil” remete à ideia de que o país todo, com mais de 200 milhões de habitantes, foi se manifestar contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. A Rede Globo é brasileira, comandada por brasileiros e sediada no Brasil. Se o jornal explica que o Brasil foi às ruas, ele pressupõe que o país todo foi se manifestar, por isso, questiona-se: O jornal quer insinuar que a Globo também foi às ruas contra Dilma e Lula? Que se opõe a eles?

Além disso, o fato de o jornal colocar no título “contra Dilma e Lula e a favor de Moro” pode levar a crer que há um vilão e um super-herói em confronto, como explica Bucci (2000, p. 143), já citado antes: “Emergem santos e vilões no noticiário, como ícones do bem e do mal que movimentam um formidável videogame. ”

Já na notícia do dia 19, a expressão “Aliados de Dilma e Lula”, contrasta com o “Brasil” usado no dia 14. A expressão se refere às “centrais sindicais” e aos “movimentos de esquerda”, como pode ser visto ao longo da reportagem. O termo ignora os cidadãos que, sem fazer parte de alguma central sindical, participaram do ato. Apesar disso, o título expressa que a manifestação aconteceu “em todos os estados”, detalhe que não aparece no outro, que se refere ao Brasil, dando a entender que manifestações foram em todas as unidades da federação.

O subtítulo “Protesto pacífico reuniu 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal” contrasta com o subtítulo “PT reúne 275 mil, 7% do público dos protestos de domingo pelo impeachment”. O primeiro traz as informações de que o ato foi pacífico, do número de pessoas que participaram e dos lugares em que ocorreu. Já o segundo, além de dar a entender que o “PT reuniu” e não que pessoas foram por vontade própria ou que pessoas de outros partidos participaram, informa somente quantos cidadãos estavam presentes. Além disso, ao invés de esclarecer mais detalhes sobre o ato, a notícia deixa claro que ele foi menor do

que o ato que aconteceu no dia 14, um dado que não é necessariamente prioritário para aqueles que querem saber mais sobre a manifestação a favor do governo.

É importante verificar a diferença entre as duas chamadas acima das manchetes, a “Maior manifestação da história” e “Lava-Jato no Planalto”. Ao invés de O Globo colocar, na reportagem do dia 19, uma chamada que tenha uma relação específica com a manifestação, como fez com o ato do dia 14, o jornal colocou uma informação que não tem uma ligação direta com o protesto a favor do governo. Além disso, usaram a mesma chamada nos dias seguintes, na notícia “Governo atua para controlar PF e limitar ação de Moro”, no dia 20 de março e “Defesa de Lula pede ao STF que pare Moro”, no dia 21.

Antes de analisar o corpo do texto, vale examinar as fotos e as notícias da primeira página das duas capas (Os artigos e colunas serão estudados mais para frente). As duas fotos principais são semelhantes, ambas mostram a Avenida Paulista ocupada por manifestantes. Já, as legendas “São Paulo. A Avenida Paulista tomada por 1,4 milhão de pessoas, segundo cálculo da PM: a maior manifestação em todo o país” e “Na Paulista. A mais conhecida avenida de São Paulo teve 11 quarteirões tomados por petistas, contra 23 do domingo” enfatizam, novamente, o fato de uma ter sido a “maior” e de outra ter sido “menor”. Além disso, na legenda da foto do dia 14, citam o número de manifestantes na Avenida Paulista, o que não acontece na do dia 19.

Além da foto principal, a reportagem do dia 14 é acompanhada por duas imagens do ato, uma mostra manifestantes segurando um cartaz “Somos todos Moro” e a outra traz uma imagem que diz “Triplex você pagou essa obra”. A reportagem do dia 19 dispõe somente da foto principal.



São Paulo. A Avenida Paulista tomada por 1,4 milhão de pessoas, segundo cálculo da PM: a maior manifestação em todo o país



Brasília. Manifestantes levaram imagem do triplex de Guarujá à Esplanada dos Ministérios

Líderes da oposição são hostilizados

O alvo era o governo, mas políticos de oposição foram mal recebidos pelos manifestantes. Em SP, os tucanos Geraldo Alckmin e Aécio Neves foram hostilizados, assim como a senadora Marta Suplicy, ex-petista. [PÁGINA 6](#)

Insatisfação cresce também no Nordeste

Base política do ex-presidente Lula e da presidente Dilma, o Nordeste foi às ruas contra o governo em maior intensidade do que em março de 2015. No Recife, o número de manifestantes cresceu oito vezes. [PÁGINA 11](#)

ANCELMO GOIS

Uma rua cheia de brasileiros em coro contra a corrupção. [PÁGINA 7](#)

LAURO JARDIM

Protestos dão respaldo para processo de impeachment. [PÁGINA 4](#)

JOSÉ CASADO

Dilma assiste, impassível, à liquefação de seu governo. [PÁGINA 10](#)

LUIZ ANTÔNIO NOVAES

Moro, hoje, é o representante de fato das ruas. [PÁGINA 6](#)

RICARDO NOBLAT

O Brasil renunciou a Dilma. Cabe ao Congresso formalizar o ato. [PÁGINA 2](#)

As notícias que acompanham a reportagem do dia 14, como visto antes, são, principalmente, contra o governo de Dilma Rousseff. A notícia “Insatisfação cresce também no Nordeste” apresenta a idéia de que o governo “também” é rejeitado na região em que mais tinha apoio. O texto cita “Região que mais deu votos para Dilma Rousseff na eleição de 2014, e que sempre garantiu alta popularidade ao ex-presidente Lula, o Nordeste foi ontem palco de grandes protestos contra o governo”.

As notícias da capa do dia 14 seguem a linha das manifestações e são contrárias ao governo de Dilma. As notícias da segunda capa, do dia 19, se fossem de acordo com a edição do dia 14, seriam favoráveis a Lula e Dilma. Porém, os títulos dos textos que se encontram ao lado da fotografia da manifestação a favor de Dilma e Lula, estão todos em desacordo com eles.

Cinco dias após o maior protesto da História, que reuniu pelo menos 3,6 milhões nas ruas do país pedindo o impeachment da presidente Dilma, ontem CUT, sindicatos, movimentos sociais e o PT conseguiram mobilizar manifestantes pró-Dilma e Lula em todos os estados. Segundo estimativas oficiais, 275 mil pessoas participaram dos atos de ontem, ou 7% do público de domingo. Na Avenida Paulista, os manifestan-

tes ocuparam 11 quarteirões, 12 a menos que nas manifestações anti-Dilma. Os protestos em favor do governo tiveram shows e foram realizados num dia de semana, após o expediente. O anterior, no domingo. Ameaçado de prisão e sob pressão por grampos da Lava-Jato, Lula foi à Paulista e reencarnou a versão "paz e amor". As críticas dos manifestantes se concentraram no juiz Sérgio Moro. **PÁGINAS 3 a 5**

Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro

O ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a posse de Lula na Casa Civil e devolveu o inquérito sobre o ex-presidente ao juiz Sérgio Moro, que julgará pedido de prisão do petista. Gilmar deu a liminar em ação pro-

posta pelo PPS, e o caso deverá ser levado ao plenário da Corte. O ministro Teori Zavascki, relator da Lava-Jato no STF, criticou indiretamente Moro ao dizer que juízes têm de resolver conflitos e não criá-los. **PÁGINA 7**



COLUNAS E ARTIGOS

MÍRIAM LEITÃO
O pior dos diálogos foi Lula interferir na atuação da Receita Federal. **PÁGINA 24**

MERVAL PEREIRA
O processo histórico em curso não é favorável ao PT e a Lula. **PÁGINA 4**

JORGE BASTOS MORENO
Temer se guarda para quando o carnaval chegar. **PÁGINA 3**

LUIZ ANTÔNIO NOVAES
Mudar mentalidades pode ser o legado da Lava-Jato. **PÁGINA 2**

ZUENIR VENTURA
Incontinência verbal de Lula atenta contra o bom gosto. **PÁGINA 21**

ANCELMO GOIS
STJ já validou "grampos acidentais", como o de Dilma. **PÁGINA 16**

Grampo foi legal, afirma Janot **PÁGINA 6**

EDITORIAL

'O impeachment é uma saída institucional da crise' **PÁGINA 20**



— Puxa, na delação premiada, uma coisa puxa a outra!



Na Paulista. A mais conhecida avenida de São Paulo teve 11 quarteirões tomados por petistas, contra 23 no domingo

ANA MARIA MAIA
Como nos deixamos enganar dessa maneira? **PÁGINA 20**

ARNALDO BLOCH
Campeonato nacional de tiro no pé agita país. **SEGUNDO CADERNO**

ANA CRISTINA REIS
Estou me sentindo fora de moda: nunca fui grampeada. **ELA**

ANTÔNIO BOCHENEK
Nova geração não se resigna com vícios do passado. **PÁGINA 8**

ALDO FORNAZIERI
O juiz Moro e os procuradores rasgaram a Constituição. **PÁGINA 6**

MIRO TEIXEIRA
Moro iniciou a maior reforma política das últimas décadas. **PÁGINA 6**

PAULO TEIXEIRA
Resgatar é proteger o povo de atos de regimes de exceção. **PÁGINA 8**

Blindagem contra prisão

Em conversa gravada, o presidente do PT, Rui Falcão, cobra do ministro Ja-

ques Wagner uma "decisão de Estado-Maior" para evitar prisão de Lula. **PÁGINA 7**

Por 26 a 2, OAB apoia impeachment

Autora do pedido de impeachment de Fernando Collor em 1992, a OAB aprovou ontem, por 26 a 2, apoio ao processo contra Dilma. Na Câmara, deve ocorrer no fim de abril. **PÁGINAS 10 e 11**

Uma das notícias de capa é *Gilmar devolve a Moro inquérito contra Lula*, texto que ocupa praticamente a página sete inteiras, com uma foto de Gilmar Mendes no centro. A notícia, em resumo, explica que com essa decisão, “o magistrado volta a deliberar [...] sobre o pedido de prisão preventiva, impetrado contra Lula pelo Ministério Público de São Paulo”.

Outra notícia de capa é *Grampo foi legal, afirma Janot*. A frase do título coloca o interlocutor, Janot, depois do discurso relatado e não tem aspas, “essas propriedades formais [...] contribuem para uma ambivalência de voz. Uma manchete cuja forma linguística ambígua a torna com ‘dupla voz’”

(BACKHTIN, 1981 apud FAIRCHLOUGH, 2001, p.141). O Globo parece estar misturando a voz de Janot com a sua própria voz.

Além das duas citadas acima, outra notícia que se encontra na primeira página da edição do dia 19 se intitula *Por 26 a 2, OAB apoia impeachment*. O título se situa logo abaixo da fotografia que mostra o ato a favor do governo petista. Há também uma charge sobre delação premiada e uma caixa de texto à esquerda que conta que o presidente do PT, Rui Falcão, pediu a Jaques Wagner uma “decisão de Estado-Maior’ para evitar prisão de Lula”. Na versão digital de O Globo, aponta-se que a continuação do texto está na página 7, porém, não há nada sobre o assunto na pagina indicada, o texto está na página 9.

Há também um Editorial na capa intitulado *O impeachment é uma saída institucional da crise* em que se procura mostrar que o afastamento de Rousseff seria a solução dos problemas, como mostram os seguintes trechos.

Um ingrediente que ajudou na fermentação de uma espécie de angústia nacional foi que, enquanto novas revelações vindas da Lava-Jato – como a delação do senador Delcídio Amaral – tornavam ainda mais frágil a situação do governo Dilma, fragilidade reforçada pelo estado moribundo da economia, Congresso e Justiça (no caso, a Eleitoral) operavam em outro ritmo. [...]

Nessa hora, não importa os interesses pessoais do investigado Cunha ao executar o roteiro regimental. Para o país, interessa que seja rápido e dentro da lei. A comissão foi instalada num quinta-feira tensa. Na noite anterior, o juiz Sérgio Moro divulgara o grampo, no qual estava o custo e revelador diálogo entre Dilma e Lula, em que ficou claro que a nomeação do ex-presidente visa mesmo a colocá-lo sob o foro privilegiado do Supremo, para onde o juiz Moro e a força-tarefa da Lava-Jato têm de transferir qualquer processo sobre ele.

É importante analisar os assuntos que se encontram na capa dos edições.

Tabela 2 – Número de vezes em que cada tema é citado na capa do jornal da edição do dia 14.

Temas	Número absoluto	% (aprox)
Total	38	100
Manifestação	14	36.84
Dilma	4	10.52
Lula	4	10.52
Impeachment	4	10.52
Governo (PT)	4	10.52
Sérgio Moro	3	7.89
Brasil	2	5.26
Oposição	1	2.63

Tabela 3 – Número de vezes em que cada tema é citado na capa do jornal da edição do dia 19.

Temas	Número absoluto	% (aprox)
Total	39	100
Lula	6	15.38
Impeachment	6	15.38
Dilma	5	12.82
Manifestação (dia 18)	5	12.82
Manifestação (dia 13)	5	12.82
Sérgio Moro	4	10.25
Governo (PT)	3	7.69
Gilmar Mendes	3	7.69
Sindicatos	2	5.12
Brasil	0	0

Destaca-se um contraste entre o número de vezes em que a manifestação contra o governo é citada na capa da edição do dia 14 (36,84%)

e a quantidade de vezes em que a manifestação a favor do governo é citada na capa do dia 19 (12,82%), o primeiro número é quase o triplo do segundo.

Além disso, na segunda edição, as duas manifestações são citadas com a mesma frequência, sendo que o foco era no ato a favor de Lula e Dilma, que havia acontecido no dia anterior e era uma notícia quente. Outra diferença notável é que a quantidade de vezes em que a palavra impeachment foi citada aumentou (passou de 4 a 6) na edição sobre a manifestação favorável à Dilma e a seu governo, o que é contraditório.

Ainda nessa mesma linha, outro fato que se destaca ao longo da reportagem é a frequência com a qual a palavra “maior” é usada para descrever a manifestação do dia 13. Isso se nota logo na primeira página, já que a própria chamada da reportagem se intitula “Maior manifestação da história”.

Nesse contexto, a palavra “maior” tem uma conotação positiva, já que quanto maior for o número de pessoas que se unirem a uma causa e forem protestar, mais exitosa é considerada a manifestação. Consequentemente, nesse caso, o termo “menor”, usado para descrever as manifestações do dia 18, tem uma conotação negativa. A expressão indica que um número menor de pessoas protestaram, logo que a manifestação não teve tanto sucesso.

De fato, a manifestação do dia 13 foi o maior protesto da história, logo, a manifestação do dia 18 foi menor. Porém, é importante analisar a frequência com a qual esses fatos são mencionados e o peso que lhes é dado, principalmente porque o jornal O Globo deixou de citar que a manifestação do dia 18 foi a maior manifestação que já houve a favor do governo Dilma (fato citado pelo Jornal Nacional na edição do dia 18, como será visto a seguir).

Para isso, será feita uma análise quantitativa, que, de acordo com Bardin (2007, p. 107), “funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem”. [...] Essa análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que

a observação é mais bem controlada”. Em função disso, esse trabalho observou quantas vezes as expressões “maior” e “menor” foram usadas nas notícias e nos artigos para descrever o tamanho das duas manifestações. O resultado se encontra nas tabelas 5 e 6.

Tabela 6 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever a manifestação na edição do O Globo do dia 14

Frequência de uso dos termos	Número absoluto	% (aprox)
Total	10	100
Maior	10	100
Menor	0	0

Tabela 7 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever as manifestações na edição do O Globo do dia 19

Frequência de uso dos termos	Número absoluto	% (aprox)
Total	5	100
Maior (sobre o ato do dia 13)	3	60
Menor	1	20
Maior (sobre o ato do dia 18)	1	20

Destaca-se o fato de que a palavra “maior” é citada dez vezes ao longo da edição de O Globo do dia 14. No total, a edição conta com dezoito textos, treze notícias e cinco artigos. Ou seja, mais da metade menciona o fato da manifestação ter sido a maior de todas. Além disso, os jornalistas também citam esse dado na edição do dia 18, quando comparam os dois atos e realçam o fato de que a manifestação contra Dilma e Lula teve mais força que a manifestação a favor dos dois.

A palavra “maior” foi usada apenas uma vez na edição do dia 18 para descrever o ato a favor de Dilma e Lula. Ela se encontra na notícia *Mobilização*

antigoverno foi 13 vezes maior que a de ontem para explicar que em “Salvador (BA), João Pessoa (PB) e Rio Branco (AC)” as manifestações a favor dos petistas foram maiores do que as manifestações contra os petistas. O Globo deixa de mencionar que a manifestação do dia 18 foi o maior ato a favor do governo Dilma.

Esses números indicam que o jornal O Globo, ao repetir diversas vezes a palavra “maior” para descrever o ato do dia 13, quer colocar ênfase no fato de que a manifestação contra Dilma e Lula teve o apoio de um número elevado da população. Mais do que isso, ao citar o termo também na edição do dia 18, o jornal quer ressaltar que o ato favorável aos líderes petistas foi menor do que o ato contrário a eles.

Alguns outros termos tratam a manifestação do dia 13 de forma engrandecedora e a manifestação do dia 18 de forma diminutiva. Essas expressões serão apontadas a seguir, porém, já não se trata mais de uma análise quantitativa, porque foi feita de forma subjetiva e os resultados podem variar. Apesar disso, esse trabalho julgou importante citar algumas dessas expressões para reforçar a tese anterior.

Na notícia *Em São Paulo, 1,4 milhão de manifestantes* que se encontra na quarta página, as expressões que se distinguem são “lotação máxima no metrô”, “durante toda a tarde o movimento foi grande nas vias”, “as estações de metrô ficaram abarrotadas de usuários, com longas filas nas portas”, “centenas de pessoas desciam ao mesmo tempo”.

A notícia *Brasileiros protestam nos EUA e na Europa*, da sétima página, traz algumas expressões como “Estados Unidos e Europa se somaram aos gritos de ‘Fora Dilma’ que levaram centenas de milhares às capitais brasileiras e outras capitais” e “Lisboa, Paris e Frankfurt também convocaram manifestações”. Vale notar que, quando houve ato contra o governo Dilma nos outros países, dá-se a impressão de que foram os próprios países ou cidades que convocaram os atos, por exemplo “Lisboa e Paris convocaram”, mas,

quando era a favor do governo Dilma (mais concorridos do que os pró-impeachment no exterior) foi o PT e os sindicatos que convocaram.

No texto *No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia*, da página 11, os termos que se destacam são “palco de grandes protestos”, “forte aumento no número de participantes”, “mais que o dobro dos 10 mil de março de 2015”, “maior manifestação contrária ao governo federal na Bahia”.

A reportagem sobre a manifestação do dia 13 comporta, além das notícias citadas acima, as notícias *A voz que ecoa das ruas; Políticos da oposição também são hostilizados no Rio e em SP; Bom humor na Atlântica; Artistas vão à manifestação no Rio e em SP; Moro se diz “tocado” com apoio popular; Irreverência marca protestos contra Lula; Ex-presidente abraça simpatizantes que faziam ato em frente à sua casa; Aliados de Dilma avaliam que atos fortalecem impeachment; PT admite presença de “classe trabalhadora”; As faces do protesto* e um gráfico mostrando o tamanho das manifestações. Um total de treze notícias.

Além do mais, o que se pode perceber na reportagem e que já foi notado antes, ao estudar os artigos, é que há um número grande de críticas ao governo petista e, em contraste, aplausos ao juiz Sérgio Moro. Das treze notícias, doze trazem desaprovações à Dilma Rousseff, Lula ou ao PT e seis trazem elogios ao Sérgio Moro.

Por outro lado, ao analisar as notícias do dia 19, os termos diminutivos com relação ao ato já se destacam na primeira frase do primeiro texto, ao comparar as duas manifestações. Ele começa da seguinte forma.

Cinco dias após o maior protesto da História, que reuniu pelo menos 3,6 milhões nas ruas do país pedindo o impeachment da presidente Dilma, ontem CUT, sindicatos, movimentos sociais e o PT conseguiram mobilizar manifestantes pró-Dilma e Lula em todos os estados.

Além disso, o texto da primeira página continua comparando as manifestações, sempre lembrando que o ato petista foi menor, “275 mil pessoas participaram dos atos de ontem, ou 7% do público do domingo”, “ocuparam 11 quarteirões, 12 a menos que nas manifestações anti-Dilma”.

O texto *Mobilização antigoverno foi 13 vezes maior que a de ontem* traz uma expressão diminutiva no título, novamente comparando os dois atos e fazendo isso ao longo do texto. O autor continua “número de pessoas nos protestos de ontem representa apenas 7,5% do total de pessoas que foram às ruas no domingo”, “as manifestações [...] foram menores do que os atos do último domingo”, “a mobilização antigovernista foi pouco mais de 13 vezes maior”, “ontem, dia de semana, as manifestações foram convocadas por centrais sindicais [...] com a contratação de ônibus. Já nos atos do dia 13, que ocorreram em um fim de semana, a convocação foi feita pela internet”, “era ocupada ontem [...] ao longo de 11 quarteirões - público de 80 mil [...] já no último domingo, eram 23 quarteirões [...] público de 1,4 milhão”.

Além dessas notícias, a edição do dia 18 traz as matérias *Lulinha paz e amor. De novo; No Rio, políticos e artistas falam em ‘golpe’; Moro em dia de vilão; Dilma: no exterior, grampear presidente leva a cadeia; Para Rodrigo Janot, gravação foi legal; Gilmar devolve a Moro inquérito contra Lula; Em gravação, Rui Falcão cobra nomeação para proteger Lula; Cunha prevê que impeachment será votado na Câmara em abril; OAB aponta crime e defende impeachment*.

De todos esses textos, somente três tratam da manifestação. Vale fazer uma análise da quantidade de notícias envolvendo as manifestações nas duas edições.

Tabela 8: Número de notícias que tratam das manifestações nas edições do dia 14 e 19

Notícias sobre os atos	Número absoluto	% (aprox)
------------------------	-----------------	-----------

Total	17	100
Edição do dia 14	13	76.47
Edição do dia 19	4	23.52

Em suma, se juntássemos as duas edições, 76,47% do jornal seria ocupado pelas manifestações contra o governo de Dilma e as manifestações a favor de Dilma e de Lula teriam um espaço inferior à metade, de 23,52%.

5.2 Análise do Jornal Nacional

A cobertura das manifestações pelo Jornal Nacional segue uma linha similar à cobertura feita pelo diário O Globo. Essa análise será feita de uma forma complementar e resumida, para que não haja muitas repetições.

As edições dos dias 14 e 19 do Jornal Nacional têm respectivamente, 38 e 59 minutos. O tempo da primeira edição, do dia 14, é dividido da seguinte forma, conforme a Tabela 9:

Tabela 9 – Tempo de cada reportagem do Jornal Nacional do dia 14 de março.

Reportagens	Minutos (aprox)	% (aprox)
Total	38	100
Notícias sem relação com a política brasileira	16	42.10
Juíza transfere denúncia contra Lula para Moro	5	13.15
Divulgação de depoimento de Lula à PF	5	13.15
Reunião de Dilma e aliados	3	7.89
Repercussão do ato no Congresso	3	7.89
Manifestação (dia 14)	2	5.26
Escalada	01:10	2.89
Delação do ex-deputado Pedro Corrêa	1	2.63
Troca do ministro da Justiça	1	2.63

Destaca-se que a manifestação do dia 13, amplamente divulgada pelo jornal O Globo, recebeu apenas dois minutos (5%) do tempo do Jornal Nacional. Essa cobertura relativamente pequena se deve ao fato de que o Fantástico, no dia anterior, dedicou quase 30 minutos para falar sobre o ato.

Apesar de não ser a matéria mais longa, ela abre o Jornal Nacional. Com início no décimo segundo do primeiro minuto, ela começa com uma edição dos manifestantes cantando o hino nacional em diversos lugares, uma intenção do jornal de dar um tom patriótico e emocional à manifestação. Uma comparação mais detalhada da cobertura dos dois atos será feita a seguir.

Pela tabela, nota-se também que 57.5% do tempo do telejornal foi dedicado para falar sobre política e, principalmente, para falar sobre Lula, as duas notícias mais longas tratam do ex-presidente. Outro tema recorrente é a crise política e o governo de Dilma, como pode ser visto na Tabela 9.

Tabela 10 – Tempo reservado para os assuntos políticos

Temas das reportagens políticas	Minutos (aprox)	% (aprox)
Total	20	100
Possível prisão de Lula	11	55
Crise no governo Dilma, Impeachment	6:30	31.5
Apoio ao governo Dilma	1:30	6.5
Troca do ministro da Justiça	1	5

Percebe-se que 11 minutos, ou 55% das reportagens políticas do Jornal Nacional do dia 14 tratam das acusações contra Lula. As notícias mencionam o depoimento que ele prestou para a Polícia Federal (de 14:40 a 19:20), as denúncias contra ele que foram transferidas para o Moro (de 9:40 a 14:40) e o

fato de ele ter sido citado na delação do ex-deputado Pedro Corrêa (de 19:20 a 20:10).

Além disso, 31.5% das reportagens políticas falam sobre a crise no governo de Dilma Rousseff. A matéria sobre a repercussão dos protestos no Congresso tem três minutos (de 3:28 a 6:40), as falas contra Dilma Rousseff, do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e do repórter duram dois minutos, dois terços da reportagem. As falas a favor da presidenta, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo, duram aproximadamente um minuto.

A notícia sobre a reunião de Dilma com os seus aliados (de 6:49 a 9:25) começa da seguinte forma “A presidente Dilma se reuniu pela manhã [...] depois da maior manifestação contra o governo da história”. A reportagem entrevista o então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, que cita, entre outras coisas, as razões pelas quais as pessoas foram às ruas e explica que a economia fraca está alimentando o impeachment. Além disso, apenas os últimos trinta segundos da reportagem tratam das soluções que o governo propôs para tentar reduzir os problemas. A repórter termina a matéria explicando que os economistas criticam essas medidas.

Aproximadamente 86,5% das reportagens políticas são contra o governo de Dilma Rousseff ou contra o Lula, lideranças do PT. Ou seja, mais de dois terços das notícias foram usadas para mostrar a desaprovação do governo. Vale notar também que a escalada, que dura um minuto e dez segundos, começa com as duas notícias sobre a transferência da denúncia de Lula para Sérgio Moro e sobre o depoimento que ele deu à Polícia Federal.

No capítulo sobre ética, Bucci explica que o quarto pecado é o assassinato de reputação. Isso acontece quando personagens têm algum tipo de reputação e “entende-se que a imprensa é capaz de destruí-los. E de fato os destrói. Por distorção deliberada ou inadvertida”, conta Bucci (2000, p. 157).

O fato de 86,5% das reportagens abordarem assuntos que trazem críticas a Lula e Dilma constrói uma imagem negativa na cabeça do espectador com relação aos dois.

As notícias do dia 18 de março seguem uma linha similar às do dia 14. Em grande parte, são reportagens que criticam os líderes petistas, Dilma e Lula, como pode ser visto nas tabelas abaixo.

Tabela 11 – Tempo de cada reportagem do Jornal Nacional do dia 14 de março.

Reportagens	Minutos (aprox)	% (aprox)
Total	51	100
Manifestação a favor de Lula e Dilma (dia 18)	12	23.53
Notícias sem relação com a política brasileira	10	19.61
Carta de Lula contra divulgação das conversas	4	7.8
Repercussão do grampo de Dilma	4	7.8
Gravação de Rui Falcão e Jaques Wagner	3	7.8
Gravação do filho do Lula com o dono do sítio em Atibaia	3	5.9
Carta de Lula causa reações no Congresso	3	5.9
Manifestação contra Lula e Dilma (dia 14)	2	3.9
Sessão abre prazo para defesa de Dilma	2	3.9
Crise política na imprensa internacional	1:30	2.5
Grampo de Lula causa indignação	1	1.9
Escalada	1	1.9
Gravação entre Lula e presidente da CUT	00:40	0.7
Protestos contra Lula	00:35	0.68
Assessor de Delcídio do Amaral é exonerado	00:32	0.62
Posse de Lula cancelada e revalidada	00:28	0.54
PF faz protestos a favor da Lava-Jato	00:26	0.50
Moro autoriza prisão domiciliar de Bumlai	0:20	0.39

Destaca-se que a reportagem mais longa do Jornal Nacional do dia 19 foi sobre a manifestação a favor de Lula e de Dilma. A notícia foi a primeira a ser anunciada na escalada, mas, apesar disso, ela só recebeu destaque no meio do telejornal (de 24:01 a 31:30) e no final (de 47:20 a 51:10).

Percebe-se também que as reportagens sobre política ocupam mais de 80% do telejornal, mais de três quartos. Dos 51 minutos de duração, somente dez minutos são reservados para matérias que tratam de outros assuntos. Além disso, o Lula é tema em nove das 16 reportagens políticas que se encontram na tabela anterior. A próxima tabela destaca esse fato.

Tabela 12 – Tempo reservado para os assuntos políticos

Temas das reportagens políticas	Minutos (aprox)	% (aprox)
Total	39	100
Manifestação ou Apoio a Lula e Dilma	18	46.15
Criticas e acusações contra Lula	12:50	32.05
Crise no governo Dilma, Impeachment	7:10	18.2
Moro autoriza prisão domiciliar de Bumlai	0:20	0.51

Vale ressaltar que a manifestação e as reportagens que mostram algum tipo de apoio a Lula e a Dilma ocupam a maior parte das matérias políticas do Jornal Nacional do dia 18 (46.15% ou 18:30 minutos). Doze desses dezoito minutos tratam da manifestação. Os outros seis minutos e 30 segundos são compostos, em primeiro lugar, pela leitura da carta aberta de Lula contra a divulgação dos grampos, que dura um pouco mais de quatro minutos (de 16:34 a 20:45).

Em segundo lugar, um minuto e doze segundos da reportagem sobre a repercussão da carta no Congresso Nacional são reservados para as falas do deputado petista Henrique Fontana (RS), da senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e do senador Lindbergh Farias. A soma da alocação dos três dura

um minuto e doze, menos da metade da reportagem, que dura três minutos (de 20:57 a 23:57)

Em terceiro lugar, a reportagem sobre a repercussão do grampo de Dilma apresenta trechos de um discurso da presidente e mostra também a fala do ministro do STF, Teori Zavaski. A soma dos dois dura cerca de um minuto e 45 segundos, menos da metade da reportagem, que dura um pouco mais de quatro minutos (de 10:23 a 14:42). No total, além da reportagem sobre a manifestação, cerca de seis minutos do telejornal são usados para mostrar algum tipo de apoio a Lula e Dilma.

Por outro lado, percebe-se que 12 minutos e 50 segundos, ou 32.05% do tempo das reportagens políticas do Jornal Nacional do dia 18 tratam de críticas e acusações contra Lula. Vale notar que o telejornal dedicou mais tempo para as reportagens que condenam o ex-presidente (12 minutos e 50 segundos) do que para as reportagens sobre as manifestações favoráveis a ele, que duram doze minutos.

Três das reportagens que tratam das acusações contra o ex-presidente abrem o Jornal Nacional. Todas tratam de gravações que, de acordo com o jornal, incriminam Lula. A primeira é a gravação de Rui Falcão, presidente do PT, e Jaques Wagner (de 2 a 5), a segunda é a gravação entre Lula e o presidente da CUT (de 5 a 5:40) e a terceira é a gravação do filho do Lula, Fábio Luís Lula da Silva, com o dono do sítio em Atibaia (de 05:36 a 8:56).

Além dessas três notícias, a reportagem sobre a repercussão da carta do ex-presidente no Congresso traz falas de três políticos da oposição, do deputado Pauderney Avelino (que falou também na edição do dia 14), do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). A soma das falas dura 1:51, mais da metade da reportagem, que dura três minutos (de 20:57 a 23:57).

Outras notícias que trazem críticas a Lula são sobre sua posse como ministro da Casa Civil e sobre o conteúdo de sua ligação com Dilma, que causou “indignação” no Judiciário (de 14:44 a 16:33). Além das duas, o Jornal Nacional tem uma reportagem sobre protestos contra Lula (de 32:40 a 33:17) e o a mencionam ao falar sobre as manifestações do dia 14 e na matéria sobre a cobertura da crise pelos jornais internacionais.

Além disso, 18.2% das reportagens tratam da crise no governo de Dilma Rousseff. Entre elas, algumas que se destacam são sobre a crise política na imprensa internacional. A notícia (de 8:58 a 10:24) analisa a cobertura que foi feita pela mídia internacional da situação política brasileira e não apresenta nenhuma cobertura favorável à Dilma, toda a reportagem foi usada para criticar o governo da presidenta. Outra matéria que se destaca trata da abertura do prazo para o impeachment de Dilma (de 34:20 a 36:19). Ela tem cerca de dois minutos e só 30 segundos são reservados para a fala da deputada petista Érica Kokay (DF), então apenas um quarto da reportagem traz um lado favorável a Dilma.

Vale notar que 50.25% das reportagens da edição do Jornal Nacional do dia 18 são contrárias a Lula e ao governo Dilma. Esse fato se destaca porque essa edição aborda a manifestação que é favorável a eles, porém, um pouco mais da metade do telejornal é usado para criticá-los.

Por último, é importante observar as reportagens sobre as manifestações nas duas edições do Jornal Nacional.

Tabela 13 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever a manifestação no Jornal Nacional do dia 14

Frequência de uso dos termos	Número absoluto	% (aprox)
Total	4	100

Maior	4	100
Menor	0	0

Tabela 14 – Número de vezes em que as palavras “maior” e “menor” foram usadas para descrever as manifestações na edição no Jornal Nacional do dia 18

Frequência de uso dos termos	Número absoluto	% (aprox)
Total	3	100
Maior (sobre o ato do dia 13)	0	60
Menor	2	20
Maior (sobre o ato do dia 18)	1	20

O fato que se destaca é que a palavra “maior” é mencionada quatro vezes para descrever o protesto no Jornal Nacional do dia 14. A reportagem sobre as manifestações tem somente dois minutos, mas a palavra é repetida nos primeiros sete minutos do telejornal, em notícias que não tem ligação direta com o ato, como a reportagem sobre a reunião de Dilma com os seus aliados. Essa repetição, como vimos na análise do O Globo, mostra o peso que o telejornal dá ao fato de o ato ter sido o maior da história.

Na edição do dia 18, o termo “menor” é mencionado duas vezes e o termo maior é mencionado uma vez. Isso se destaca principalmente no 47^o minuto quando a apresentadora, Renata Vasconcellos, explica que os atos do dia 18 foram “os maiores a favor do governo e de Lula desde o ano passado”. Ela em seguida faz uma comparação dos dois atos, “as manifestações de hoje a favor de Dilma e de Lula são menores do que as de domingo passado, em que foram às ruas os manifestantes contrários a Dilma e a Lula”. Além disso, nos minutos 26 e 48 o telejornal também faz comparações entre as duas manifestações, sempre indicando que a do dia 18 foi inferior ao ato do dia 13.

Outro fato que se destaca ao analisar a cobertura das duas manifestações é que o ato do dia 14, como foi visto antes, começa com uma edição dos manifestantes cantando o hino nacional em diversos lugares. O hino é um sinal de patriotismo, de união e é uma fonte de orgulho para muitos, então começar uma reportagem dessa forma pode ser visto como uma forma de tentar emocionar o espectador. Bucci (2000, p. 143), já tratado no capítulo sobre ética, relata que “quando o jornalismo emociona mais do que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação de sua função de promover o debate das ideias no espaço público. ” Além disso, na reportagem as ruas parecem cheias e a manifestação populosa.

Já a notícia sobre a manifestação do dia 18, favorável a Lula e Dilma, começa mostrando a Avenida Paulista vazia, com uma explosão e duas pessoas sendo expulsas por jatos de água da polícia. O repórter começa a notícia com a seguinte frase “O dia na Avenida Paulista começou tenso. A reportagem sobre a manifestação contra o PT começa com o hino nacional e a reportagem a favor dos petistas começa com o som de uma explosão, além de mostrar o conflito entre policiais e manifestantes.

Além disso, vale lembrar que o Jornal Nacional não vai ao ar nos domingos, dia da semana em que aconteceu a manifestação contrária ao governo. O Fantástico, transmitido no dia, fez uma cobertura de quase trinta minutos da manifestação. Por esse motivo, não há como fazer uma comparação precisa do tempo que foi dado pelo Jornal Nacional para os dois atos.

CONCLUSÃO

Apesar de este trabalho não tratar do afastamento da presidente Dilma e da crise política desde o mês de março de 2016, ele permite observar a predominância de notícias negativas que os jornais e veículos do Grupo Globo transmitiram com relação a alguns políticos, principalmente contra Dilma e Lula. Mesmo quando as notícias tratam das manifestações a favor dos líderes petistas, o jornal minimiza o tamanho do ato ou o deprecia na comparação com os atos contra o governo, além de associá-lo a uma convocação de governo, de partido ou sindicato, como se não houvesse participação espontânea da população. Além disso, as matérias que acompanhavam as notícias sobre os atos eram, majoritariamente, críticas contra Lula, Dilma e o governo da presidente.

Como já foi observado, não é preciso que um jornalista seja absolutamente objetivo. Por isso, não há como exigir que essa característica seja alcançada pela Rede Globo. Porém, o que também foi observado- é que há a necessidade de ser ético. Isso deveria ser uma obrigação de um jornalista e da emissora na qual ele trabalha.

Bucci (2000) cita uma série de pecados éticos no jornalismo. A Globo fere alguns, como o culto das falsas imagens e o assassinato de reputação que são citados ao longo da análise. O autor também cita um trecho da Constituição (1998) que explica que “os meios de comunicação social não podem direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CONSTITUIÇÃO, 1988 apud BUCCI, 2000, p. 138).

Porém, o que se nota é o contrário. O último trecho do capítulo sobre a história do Grupo Globo demonstra que a emissora “exerce posição dominante e [...] esse poder pode ser configurado como monopólio”.

Além disso, uma das ideias abordadas nesse trabalho explica que os grandes meios de comunicação têm que se submeter a valores éticos para que a democracia seja construída e não corrompida. Somando todos os veículos que detém, o Grupo Globo (jornal, revistas, rádios, portal de notícias na internet e emissoras de televisão e suas retransmissoras) é o maior veículo de comunicação do país. Por isso, é importante que esse grupo econômico respeite os princípios editoriais que proclama, principalmente quando afirmam que não são favoráveis nem contrários a governos.

Quando um veículo se posiciona a favor ou contra algum governo, a Teoria da Ação Política explica, entre outras coisas, que isso pode ajudar a mobilizar a opinião pública em uma direção específica. A Globo já recebeu críticas com relação a isso, ao fazer coberturas questionáveis e por dar apoio aos ex-presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), entre outras coisas.

Em suma, apesar de o Grupo Globo alegar que não é contra governos, observou-se que um grande número das notícias políticas que foram analisadas tratava de críticas a Lula, a Dilma e ao governo petista, inclusive aquelas que acompanhavam as reportagens sobre os atos favoráveis a eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

AGUIAR, Leonel; NEDER, Vinicius. Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política. **Comunicação & Sociedade**, [S.L], jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/1942>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. [S.L.]: Luzzato Editores, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 1 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

CHAIA, Vera. **Jornalismo e Política: Escândalos e relações de poder na câmara municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker, 2004.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing consent**. New York: Pantheon Books, 2002.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: Uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

DICIONÁRIO ONLINE. **Michaelis**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://fenaj.web2015.uni5.net/?page_id=6844>. Acesso em: 01 mai. 2016.

FERNANDES, Carla Montuori. O Jornal Nacional e a trajetória das principais discussões políticas do Brasil. **UNIP**, [S.L], 201./.. NaN. Disponível em: <http://www2.unip.br/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/comunic_carlamontuori.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

FERNANDO RODRIGUES. **Acesse a íntegra dos arquivos sobre publicidade da União de 2000 a 2014**. Disponível em:

<<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/07/02/acesse-a-integra-dos-arquivos-sobre-publicidade-da-uniao-de-2000-a-2014/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

FERNANDO RODRIGUES. **TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto**. Disponível em:

<<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt->>. Acesso em: 12 mai. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **De olho na reeleição, FHC aumentou atenção à mídia**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771612-de-olho-na-reeleicao-fhc-aumentou-atencao-a-midia.shtml>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

G1. **PRINCÍPIOS EDITORIAS DO GRUPO GLOBO**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

GLOBO. **Memória da Globo**. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Grupos pró e contra governo fazem manifestação na Praça dos Três Poderes**. Disponível em:

<<http://www.jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/grupos-pro-e-contra-governo-fazem-manifestacao-na-praca-dos-tres-poderes/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. [S.L.]: EdUSP, 1997.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LIMA, Venício A.. Notas Preliminares Sobre o Jornalismo da Rede Globo: Um estudo de caso sobre o DF-TV. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 4, n. 3, nov./jun. 2016.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, [S.L], jul. 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/19788793/O_jornalismo_como_cren%C3%A7a_verdadeira_justificada>. Acesso em: 01 abr. 2016.

LOPES, Genésio. **O superpoder Raio X da Rede Globo**. São Paulo: Instituto Brasileira de Difusão Cultural, 2001.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **As 'entrevistas' do 'Jornal Nacional'**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/as_lsquo_entrevistas_rsquo_do_lsquo_jornal_nacional_rsquo/>. Acesso em: 19 mai. 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Que poder é esse?**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/que_poder_e_esse/>. Acesso em: 19 mai. 2016.

PENA, Felipe. A teoria do Jornalismo no Brasil - após 1950. **Felipe Pena**, [S.L], mar./jun. 2016. Disponível em: <<http://felipepena.com/wp-content/uploads/2015/03/A-Teoria-do-Jornalismo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

PORTO, Mauro. Novos apresentadores ou novo jornalismo? O Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira. **Comunicação e Espaço Público**, [S.L], v. 5, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/0cd31ae9042f03c05e81972da9a5d9ed.PDF>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

ROCHA, Heitor Costa Lima Da. Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação. **Contracampo**, [S.L], 2007. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/395/193>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **FAMECOS**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewArticle/355>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, [S.L], 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.